

512^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

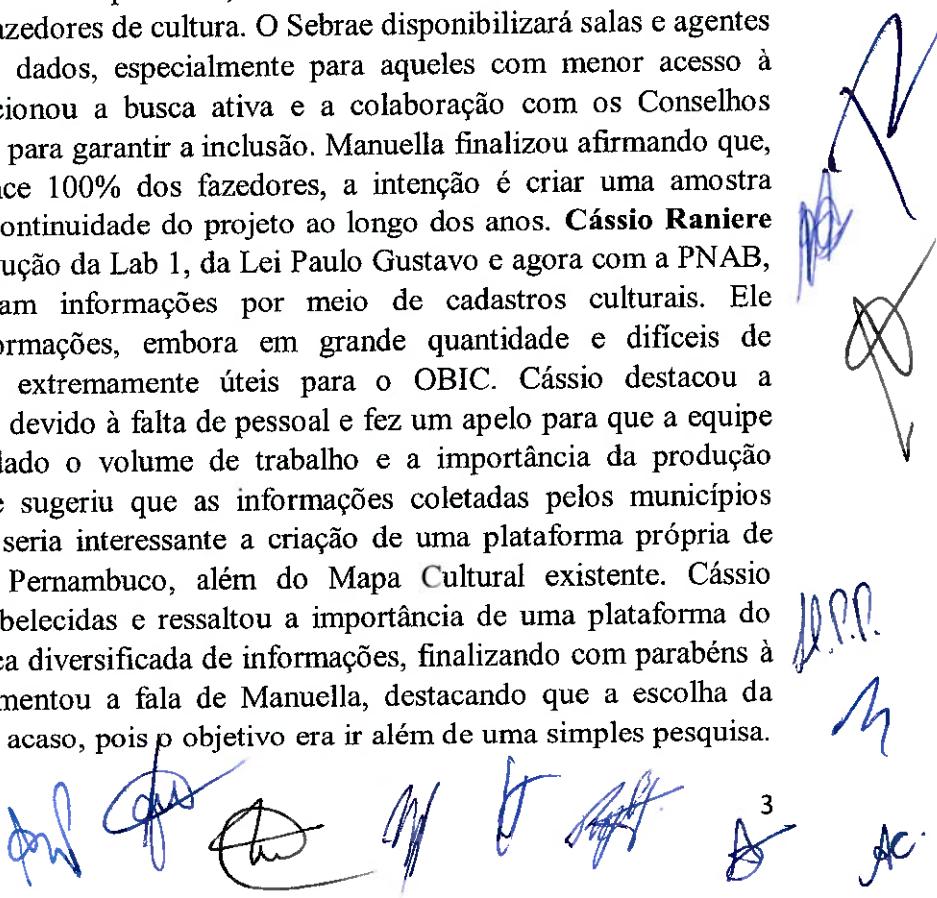
No dia 07 de agosto de 2024, às 09h30, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma virtual, considerando ser a 512^a. Presentes à Reunião Extraordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Ana Paula Nebl Jardim; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Claudia Regina de Farias Rodrigues; Margarida de Oliveira Cantarelli; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão; Roberto José Marques Pereira.** Conselheiros (as) Suplentes: **Claudia Pereira Pinto; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Jocimar Gonçalves da Silva; Marcos Paulo Aurélio dos Santos; Maurício Barreto Pedrosa Filho.** **Pauta:** 1. Apresentação do Observatório de Indicadores Culturais (OBIC) sobre o tema: Censo Cultural de Pernambuco - por Manuella Oliveira, Coordenadora do OBIC; 2. Atas de 2022 para aprovação no plenário. **Claudia Rodrigues** iniciou a reunião informando que o encontro era extraordinário e dedicado à apresentação do mapeamento da produção cultural de Pernambuco, realizado pelo Observatório de Indicadores Culturais (OBIC), que apresentaria o Censo Cultural do Estado. Antes de iniciar a apresentação, ela fez algumas observações: mencionou a importância da relatoria sobre a procissão do Carreiro da Lenha da comunidade quilombola de São Lourenço, em Tejucupapo, Goiana, evento que abriria a Semana do Patrimônio, comemorando o Dia Nacional do Patrimônio Histórico. Lembrou aos conselheiros sobre a programação da semana, cujo tema era "Educação, Território e Participação Social", e destacou a relevância da participação no evento de 12 de agosto, quando seriam entregues o 9º Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho e a titulação de dez novos Patrimônios Vivos do Estado. Claudia então agradeceu aos pesquisadores presentes e passou a palavra à coordenadora Manuella Oliveira, responsável pela apresentação do Censo. **Manuella Oliveira** iniciou agradecendo a oportunidade e o espaço dado pelo Conselho de patrimônio para apresentar o trabalho do Observatório de Indicadores Culturais, setor da Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult) responsável por pesquisas e análises de dados culturais. Ela destacou que o Censo Cultural de Pernambuco, um dos principais projetos do observatório, foi desenvolvido com a intenção de unir forças e ressaltar a importância desse projeto para os produtores culturais do Estado. Manuella agradeceu à equipe do observatório, mencionando a sensibilidade necessária para alcançar o objetivo final de compreender a cultura pernambucana. Explicou que as atividades do observatório são desenvolvidas com essa perspectiva de sensibilidade e que o Censo Cultural foi criado, tanto como uma estratégia quanto como uma manifestação dessa sensibilidade, visando maior conhecimento sobre os equipamentos culturais. Ela ressaltou a importância da parceria do Conselho de Patrimônio na difusão e fortalecimento do Censo. Manuella também mencionou que o Censo Cultural de Pernambuco é um projeto pioneiro no Estado, desenvolvido há mais de cinco meses, e destacou a relevância da participação do

512^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Conselho nesse processo. Por fim, convidou Danilo Rafael para apresentar o Censo, enfatizando que o observatório está sempre disponível para esclarecer dúvidas e apoiar outras ações e atividades. **Danilo Rafael** apresentou a tela da apresentação do Censo Cultural e explicou que a ideia surgiu da escassez de dados na cultura. O Observatório, ao perceber a falta de informações precisas, começou a desenvolver um Censo Cultural para mapear a produção do Estado de Pernambuco, incluindo dados culturais, socioeconômicos dos agentes e equipamentos. A necessidade de dados mais atualizados motivou a criação do Censo, que permitirá a construção de políticas públicas baseadas em evidências. Danilo mencionou que o Censo foi elaborado em colaboração com várias áreas da Secretaria de Cultura, como gerências de políticas culturais e especialistas de diferentes setores. O processo foi dividido em quatro etapas principais: cadastro no Mapa Cultural, criação e validação de formulários, busca ativa e divulgação, e colaboração com municípios e Conselhos. Ele enfatizou a importância da capilaridade e da divulgação contínua para alcançar o maior público possível. O Censo será executado por meio de um plano de ação que envolve a criação de indicadores, desenvolvimento de formulários específicos, capacitação de gestores e Conselhos, e a organização da pesquisa em parceria com o Sebrae e outras entidades. Após a coleta dos dados, haverá a organização e análise dos resultados, que serão disponibilizados publicamente através de relatórios técnicos e uma plataforma on-line. Danilo concluiu, explicando que o Censo é dividido em dois formulários principais: um para agentes culturais e outro para equipamentos. Ele detalhou as perguntas específicas de cada formulário e o tempo estimado de resposta. Agradeceu a todos e mencionou que a Secretária Cacau de Paula, juntamente com as Secretárias Executivas Ana Paula e Yasmim Neves, apoiaram o projeto desde o início, destacando a importância da parceria com os Conselhos na execução do Censo. **Cássio Raniere** agradeceu a participação da equipe do OBIC, coordenada por Manuella, com quem já tinha trabalhado anteriormente. Ele expressou sua satisfação em vê-la naquela posição, destacando a dificuldade de realizar um Censo em Recife. Em seguida, ele parabenizou a apresentação e fez uma pergunta retórica sobre a participação efetiva do Conselho de Preservação na produção e construção do Censo, sugerindo que a função do Conselho seria mais alinhada ao acompanhamento e monitoramento dos trabalhos. Cássio propôs que o Conselho designasse pessoas ativamente para colaborar com o processo, destacando a importância de sistematizar um modelo de participação. Ele também levantou uma questão sobre a produção de informações pelo Estado, como o Mapa Cultural e os indicadores gerados pelos editais, mencionando que essas informações, embora úteis para políticas públicas, não estavam sendo devidamente devolvidas à comunidade. Ele ressaltou a importância de fortalecer a cadeia produtiva cultural, sugerindo que as informações coletadas fossem disponibilizadas ao público para fomentar a participação e a inclusão. Por fim, Raniere refletiu sobre a natureza do

512ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Censo, que é uma pesquisa global e ativa, e questionou a metodologia empregada, sugerindo que fossem designadas pessoas nas regiões de desenvolvimento do Estado para buscar informações, especialmente considerando a exclusão digital que poderia afetar a participação de alguns grupos. Ele finalizou pedindo mais detalhes sobre como o OBIC estava abordando essas questões. **Manuella Oliveira** reencontrou Cássio e destacou a importância da cultura como meio para tal. Ela explicou que a participação do Conselho no Censo Cultural seria essencial principalmente na divulgação, dada a proximidade do Conselho com os fazedores de cultura e equipamentos culturais. A representatividade e a influência do Conselho seriam cruciais para o sucesso do projeto. Manuella sugeriu que fosse designada uma pessoa do Conselho para colaborar diretamente com o processo, reforçando a aproximação entre os setores de pesquisa e a cultura. Em resposta à segunda questão de Cássio sobre a produção e retorno das informações pelo Estado, Manuella esclareceu que o OBIC ocupa um papel central na análise de dados qualitativos e quantitativos dentro da Secretaria. O Observatório já está desenvolvendo um espaço virtual para disponibilizar todos os materiais, incluindo relatórios, boletins e infográficos. Além disso, mencionou que o LinkedIn e a plataforma Cultura PE são alguns dos canais usados para difundir essas informações, e destacou que todos os dados são públicos e acessíveis mediante solicitação. Referente à questão da acessibilidade, Manuella reconheceu a diversidade no letramento digital entre os agentes culturais e destacou as parcerias, como a com o Sebrae, que oferecerão suporte físico e digital aos fazedores de cultura. O Sebrae disponibilizará salas e agentes para auxiliar na coleta dos dados, especialmente para aqueles com menor acesso à internet. Ela também mencionou a busca ativa e a colaboração com os Conselhos municipais como estratégias para garantir a inclusão. Manuella finalizou afirmando que, embora o Censo não alcance 100% dos fazedores, a intenção é criar uma amostra significativa e assegurar a continuidade do projeto ao longo dos anos. **Cássio Raniere** lembrou que, durante a execução da Lab 1, da Lei Paulo Gustavo e agora com a PNAB, muitos municípios coletaram informações por meio de cadastros culturais. Ele mencionou que essas informações, embora em grande quantidade e difíceis de sistematizar, poderiam ser extremamente úteis para o OBIC. Cássio destacou a dificuldade no setor público devido à falta de pessoal e fez um apelo para que a equipe do OBIC seja reforçada, dado o volume de trabalho e a importância da produção cultural pernambucana. Ele sugeriu que as informações coletadas pelos municípios fossem aproveitadas e que seria interessante a criação de uma plataforma própria de indicadores culturais para Pernambuco, além do Mapa Cultural existente. Cássio elogiou as parcerias já estabelecidas e ressaltou a importância de uma plataforma do Censo que permitisse a busca diversificada de informações, finalizando com parabéns à equipe. **Caio Rios** complementou a fala de Manuella, destacando que a escolha da palavra "Censo" não foi por acaso, pois o objetivo era ir além de uma simples pesquisa.



512ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Ele explicou que, enquanto os editais oferecem dados valiosos, eles têm um viés, pois geralmente são acessados por pessoas com maior facilidade de acesso à internet e comunicação. Por isso, a busca ativa no Censo era fundamental. Ele ressaltou que esta era a primeira pesquisa do Observatório que oferecia mais liberdade na coleta de dados, focando integralmente no agente cultural ou equipamento, o que resultaria em informações mais ricas e detalhadas. Caio mencionou a importância de utilizar as bases de dados da LPG e da Lei Aldir Blanc para facilitar o contato com os agentes já cadastrados, estimando a possibilidade de alcançar mais de 10.000 agentes. Ele reconheceu as dificuldades de padronização das informações coletadas pelos municípios e a complexidade de integrar esses dados em um grande recorte estadual. No entanto, ele afirmou que o objetivo do Censo Cultural era obter uma visão fiel da cultura no estado, sem os vieses dos editais ou da Região Metropolitana do Recife (RMR), e que pretendiam continuar ampliando a pesquisa até alcançar uma visão abrangente e institucionalizada da cultura em Pernambuco. Ana Paula destacou que o Censo começaria de uma forma básica e que, posteriormente, iriam agregar outras informações, como aquelas relacionadas a quadrilhas juninas e artesãos que fazem roupas bordadas. Ela enfatizou a importância de iniciar o Censo para poder desenvolver políticas culturais direcionadas às áreas com maior necessidade. Danilo Rafael comentou que, ao desenvolver o Censo, houve uma preocupação em incluir técnicos da cultura, como aqueles que trabalham com som, palco e outras funções técnicas, que muitas vezes não se identificam como agentes culturais. Ele mencionou que o formulário do Censo tem uma seção específica para esses profissionais, visando assegurar que sejam reconhecidos e contemplados nos editais da Secult. Ele ressaltou a importância de capturar esses técnicos no Censo para garantir que eles sejam incluídos nas políticas culturais. Ana Barbosa parabenizou a equipe do OBIC e ressaltou que, como diz o poeta, toda caminhada começa com o primeiro passo. Ela reconheceu que o processo do Censo Cultural é longo e trabalhoso, mas destacou que a equipe já traçou uma estratégia, apesar de alguns aspectos ainda estarem em fase de finalização, como o site e o formulário. Ana elogiou a parceria com o SEBRAE devido à sua capilaridade e à busca ativa em campo, enfatizando a importância de estar presente localmente para ajudar aqueles que não sabem preencher o formulário digital. Ela sugeriu que o Conselho adicione informações sobre o Censo no site da Secult, para que todos os canais disponíveis sejam utilizados na divulgação. Por fim, ela agradeceu a oportunidade de participar da reunião e afirmou que o principal papel do Conselho é difundir as informações, mencionando a importância de engajar a comunidade na participação do Censo. Caio Rios complementou sua fala mencionando que a equipe estava construindo um painel em parceria com o SEBRAE e os municípios. Ele destacou que, para cada parceiro que entrasse no projeto, seria possível desenvolver produtos personalizados, como relatórios com uma linguagem específica para cada

4

512ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

município. O censo ficaria aberto por seis meses, durante os quais a equipe planejava realizar mutirões e analisar os dados que estivessem sendo coletados. Ele enfatizou a importância de criar estratégias para alcançar mais pessoas e aumentar o volume de respondentes ao longo desse período. **Ana Barbosa** complementou a fala de Caio, sugerindo que, com o início das atividades durante a semana de celebração do patrimônio, a equipe poderia aproveitar esse momento para divulgar o Censo. Ela destacou a importância de alinhar as falas na abertura dos eventos e encontrar um espaço para ressaltar a existência do Censo, considerando que o público seria diversificado. Barbosa recomendou que, durante a proclamação da semana do patrimônio, fosse feita a divulgação sobre o Censo, informando onde as pessoas poderiam encontrá-lo. Ela sugeriu que a equipe pensasse em estratégias de marketing para maximizar essa oportunidade de divulgação. **Ana Paula** complementou que estava em andamento um processo publicado no PE Integrado, que envolveria a busca ativa e oficinas para a PNAB. Ela mencionou que, dentro desse processo, a equipe estava contratando para realizar a busca ativa de forma presencial. Ana Paula destacou que a intenção era abranger, inicialmente, pelo menos 100 municípios, e que isso fazia parte do edital que seria publicado. **Roberto Pereira** expressou sua concordância com as palavras da conselheira Ana Barbosa, destacando que sua manifestação se alinhava ao seu pensamento. Ele parabenizou a Secretaria de Cultura pela importância do levantamento e demonstrou admiração e respeito por tudo que envolve associativismo e parcerias, ressaltando a eficácia do SEBRAE. Roberto também se alegrou pelo fato de os conselheiros terem priorizado essa questão, o que considerou um prestígio e respeito ao colegiado. Ele mencionou a presença do Conselho na Secretaria de Cultura, na Fundarpe e no Instagram, expressando contentamento. Finalizou afirmando que, embora a caminhada fosse longa, seguiria com perspicácia e obstinação, agradecendo e parabenizando a todos. **Claudia Rodrigues** mencionou a necessidade de passar para a pauta 2, mas não antes de discutir a proposta do conselheiro Cássio Raniere sobre a designação de conselheiros que acompanhariam de forma mais próxima o Observatório. Ela perguntou se havia conselheiros interessados em serem designados na reunião do plenário para essa tarefa e pediu que se manifestassem. Claudia sugeriu que, na transição para a nova composição, todos os conselheiros deveriam ter a oportunidade de participar igualmente. Ela expressou confiança na participação de Ana Barbosa na nova composição. **Cássio Raniere** manifestou interesse em participar, mas destacou que estava em seu mandato prestes a finalizar. Ele sugeriu que também fossem designadas pessoas que permaneceriam no próximo mandato, pois isso garantiria um acompanhamento mais duradouro. **Ana Barbosa** propôs que, como estavam na reta final do mês de agosto e se aproximando de setembro, apresentassem a nova formação do processo que duraria seis meses. Ela sugeriu que, durante o período de dois meses, aqueles que desejassesem acompanhar o processo inicial pudessesem fazê-lo, cientes de que



512ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

haveria substituições na nova formação. **Claudia Rodrigues** ressaltou que, como Cássio se manifestou positivamente, ele seria o conselheiro designado para acompanhar mais de perto o trabalho do Observatório. Ela enfatizou a importância de captar também as recomendações de outros conselheiros que representam os diferentes segmentos do Conselho. **Ana Barbosa** solicitou ao conselheiro Cássio que, antes do fechamento das atividades em setembro, trouxesse uma síntese dos dois meses de convivência. Essa síntese serviria de base para repassar as informações ao conselheiro que o substituiria na nova formação da equipe. Além disso, foi planejada uma reunião de transição com as duas composições. Por fim, decidiu-se registrar em ata a designação do conselheiro Cássio Ranieri para acompanhar o trabalho da Obic. **Claudia Rodrigues** agradeceu à Manuella Oliveira e toda a equipe de pesquisadores, incluindo Caio, Danilo, Liliane, Mariane e João Henrique, expressando sua gratidão e enviando um abraço a todos. Em seguida, informou que passaria para a pauta número 2 da reunião e agradeceu aos presentes. **Amanda Carneiro** expressou seu agradecimento à Manuella e toda a equipe da OBIC pelo trabalho incrível realizado na secretaria. Ela enfatizou que a equipe da Casa dos Conselhos estava disponível para colaborar e que havia conseguido organizar uma reunião entre a OBIC e o Conselho de Políticas Culturais. Amanda destacou a gratificação em ver o trabalho desenvolvido pela OBIC em conjunto com eles, especialmente em relação aos editais e ao mapeamento de dados representativos para suas atividades. Por fim, reiterou sua gratidão pela troca e se colocou à disposição para o que fosse necessário. **Claudia Rodrigues** destacou a importância da equipe da Casa dos Conselhos, enfatizando que, sem o apoio deles, as reuniões e decisões do Conselho não seriam possíveis. Agradeceu à Amanda e, em seguida, apresentou a segunda pauta do dia, que envolvia a necessidade de aprovar as atas das reuniões de 2022, mencionando um hiato significativo de registros. Claudia lamentou a falta de documentação durante esse período e comentou sobre os esforços feitos para recolher informações com a secretaria da época. Ela pediu atenção aos conselheiros para que pudessem aprovar as seis atas que Amanda apresentaria. Destacou a necessidade de uma assinatura posterior nas atas, pois não era possível realizar aprovações retroativas, mas que isso serviria como reconhecimento da participação da maioria. Por fim, passou a palavra para Amanda, solicitando que ela explicasse os detalhes necessários para a aprovação das atas, lembrando que era importante agilizar o processo. **Amanda Carneiro** informou que hoje seriam apresentadas seis atas de 2022 que estavam pendentes, identificando-as como **Atas 415, 417, 419, 420, 422 e 423**. Ela destacou que as informações estariam disponíveis no chat para que todos pudessem acompanhar e que a planilha atualizada com todas as informações também seria apresentada. Amanda mencionou que algumas as atas já estavam impressas e corrigidas, e que seriam levadas para assinatura no dia seguinte. Ela pediu que todos assinassem as atas que seriam chanceladas pelo pleno do Conselho. **Claudia Rodrigues** questionou como poderia ser

6
AC.

512^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

feita a identificação clara de que a ata apresentada representava o momento em que foi elaborada, enfatizando que, embora fosse aprovada na reunião atual, as decisões refletiriam o que aconteceu em 2022. Ela mencionou que não estava presente na data da Ata 415 e que seria importante esclarecer isso para evitar discordâncias. Claudia sugeriu que a ata fosse assinada apenas pelos conselheiros que estavam presentes na época, uma vez que acreditava que haveria quórum suficiente para a aprovação. **Amanda Carneiro** explicou que as atas estavam atrasadas e pertenciam a um mandato anterior. Ela informou que estava em comunicação com o jurídico para elaborar um documento que respaldasse a assinatura das atas com o mandato atual, já que elas seriam lavradas sob a sua responsabilidade como Secretária. Amanda enfatizou a necessidade de dar continuidade aos encaminhamentos presentes nas atas, afirmando que não poderia permitir que o processo ficasse estagnado. Ela se comprometeu a trazer e resolver as pendências desde 2022. Por essa razão, seria registrado que as atas estavam sendo lavradas na data atual, incluindo os nomes dos conselheiros presentes na reunião de hoje para a chancela. **Claudia Rodrigues** compreendeu que seria feita uma referência ao fato de que muitos conselheiros que assinaram as atas não eram conselheiros na época correspondente. Ela mencionou que isso constaria na ata da sessão 512, conforme a orientação do jurídico, reconhecendo o trabalho realizado. Claudia enfatizou que as atas pertenciam à numeração do período anterior e que deveriam ser assinadas na data atual. **Amanda Carneiro** trouxe duas informações sobre as atas. Primeiramente, mencionou a dificuldade em incluir a fala de Severino na Ata 418, datada de 21/12, pois ainda não conseguiram contato com ele para confirmação. Embora houvesse um áudio disponível, o trabalho de revisar as gravações estava sendo minucioso, especialmente considerando que a equipe também lidava com três Conselhos. Ela ressaltou a importância de garantir a precisão das informações e que a Ata 418 não seria espelhada até que essa questão fosse resolvida. Além disso, Amanda pediu que todos prestassem atenção às datas enviadas por e-mail, enfatizando a necessidade de correção rápida para evitar atrasos no fluxo de trabalho da Casa dos Conselhos. Solicitaram que as atas fossem corrigidas até segunda-feira, dia 12, para que pudessem dar andamento às próximas reuniões. Amanda também sugeriu marcar uma reunião extraordinária para discutir duas atas importantes relacionadas à Caminhada de Oxum, destacando que essas atas eram longas e continham deliberações significativas. Ela pediu a opinião dos conselheiros sobre a melhor forma de agendar essa reunião, ressaltando que o mandato atual se encerraria em 26 de setembro. Enquanto falava, Amanda foi interrompida por uma questão urgente relacionada a um evento no dia 12 no Cais do Sertão, e pediu ajuda a Cássio, Ana e Cláudia para que pudessem ler as atas, começando pela Ata 415. **Claudia Rodrigues** novamente expressou sua opinião de que não seria necessário envolver mais pessoas, sugerindo que apenas os nove conselheiros da época assinassem a ata. Ela argumentou que isso evitaria complicações ou questionamentos futuros sobre as assinaturas,

512ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

afirmando não ver necessidade de envolver o jurídico nesse caso. **Cássio Raniere** afirmou que a ata ainda correspondia ao atual mandato e destacou a necessidade de verificar as assinaturas de conselheiros que não estavam mais ativos, mas que estavam presentes na época. Ele mencionou que já houve um movimento para coletar assinaturas, embora isso fosse dispendioso. Cássio informou que a ata seria impressa e entregue para assinatura no dia seguinte. Ele enfatizou que quanto mais rápido obtivessem as respostas, melhor poderiam deliberar coletivamente no pleno, buscando entender o melhor caminho a seguir e garantindo que as informações fossem adequadamente deliberadas. **Ana Barbosa** acreditou que a preocupação de Amanda era verificar se havia alguma alteração no texto da ata. Caso não houvesse discordâncias, poderiam seguir para a próxima etapa, que seria a impressão e a coleta das assinaturas, além de resolver as assinaturas faltantes posteriormente. Após confirmar que não havia mais comentários, todos concordaram e passaram a ata seguinte. A leitura das atas foi reiniciada por Cássio, acompanhada pelas correções e apontamentos dos conselheiros presentes, que foram incluídos com o apoio de Igor Machado, técnico da Casa dos Conselhos. Ao final da leitura da última ata **Ana Rita**, da Casa dos Conselhos, explicou que as atas apresentadas foram elaboradas com base nos informes coletados com a conselheira Ana Barbosa e o conselheiro Harlan, que ajudaram na construção dos textos. Ela mencionou que, especificamente, a última ata incluía uma fala de Severino Pessoa, que ela identificou em uma foto no Instagram, e por isso pediu a ele que redigisse um texto para complementar a ata. Ana Rita também aguardava uma resposta de Cecília Canuto para verificar se ela tinha alguma fala a ser acrescentada. Devido a essas pendências, Ana Rita considerou que a ata não poderia ser validada naquele momento e agradeceu antecipadamente a Ana Barbosa e Harlan pela ajuda na elaboração das atas. **Cássio Raniere** expressou que, embora algumas pessoas acionadas não tenham dado retorno em tempo hábil, ele acredita que a ata, mesmo não capturando todas as nuances, reflete bem o que ocorreu na reunião. Ele afirmou que, em sua opinião, a ata estava adequada e que ele a assinaria tranquilamente. **Margarida Cantarelli** comentou que, se lembrava corretamente, Cecília havia sugerido que ela falasse durante a reunião, já que não tinha estado presente na apresentação do relatório. Margarida acreditava que Cecília não tinha falado e sugeriu que ela fosse a responsável, pois tinha participado da audiência onde o relatório foi aprovado. Ela também mencionou que se lembrava de um evento dentro de uma igreja, que foi breve e seguido por fotos no pátio. **Ana Barbosa** comentou que a fala de Severino foi breve, apenas destacando a importância do reconhecimento do relatório, sem se prolongar. Ela concordou com o conselheiro Cássio, enfatizando que é melhor ter algo bom do que buscar a perfeição, e considerou a ata aprovada. Todos concordaram, e a ata 421 foi considerada pronta para assinatura no dia seguinte. Ana prosseguiu com a leitura da ata 422, abrindo para possíveis alterações. **Claudia Rodrigues** interrompeu brevemente a

512ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

reunião, pedindo desculpas, e explicou que a equipe da Casa dos Conselhos precisava estar no IPHAN às 12 horas, destacando a preocupação com o horário. Com isso, **Amanda Carneiro** sugeriu que a leitura da ata fosse concluída presencialmente no dia seguinte, expressando preocupação com o cumprimento do horário estipulado pelo IPHAN e mencionando a necessidade de iniciar e finalizar a reunião dentro do tempo previsto para evitar problemas. **Ana Barbosa** sugeriu que fosse registrado que a leitura foi interrompida na parte destacada em cinza, relacionada à temática do Patrimônio Cultural junto à comunidade escolar. **Claudia Rodrigues** sugeriu que a ata fosse enviada no grupo de WhatsApp para que os membros pudessem lê-la e, se necessário, fazer considerações na reunião do dia seguinte. Ela destacou que a reunião foi produtiva, agradeceu a presença de todos e convidou-os a iniciar a próxima sessão às 9h30, com apresentações de Mônica Siqueira e de Roberto Pereira. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Claudia Regina de Farias Rodrigues** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima Braga Barbosa

Augusto Ferrer de Castro Melo

CEPPC

PERNAMBUCO

CONSELHO ESTADUAL
DE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL



FUNDARPE

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUKO**
ESTADO DE MUDANÇA

512^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Reinaldo José Carneiro Leão

Roberto José Marques Pereira

Claudia Pereira Pinto

Harlan de Albuquerque Gadêlha

Jocimar Gonçalves da Silva

Marcos Paulo Aurélio dos Santos

Mauricio Barreto Pedrosa Filho

bml

10